



JORNALISMO E PODER: linha editorial e as fake news por efeito longo

Jorge Arlan de Oliveira PEREIRA¹

(Universidade Federal de Mato Grosso/ UFMT – Campus Universitário do Araguaia)

INTRODUÇÃO

O presente estudo procura demonstrar a variação de postura jornalística da Rede Globo entre as eleições presidenciais de 2018 e de 2022 no Brasil, seja nas entrevistas do JN com os presidentiáveis como no contexto de outras coberturas marcantes. Para compreender o percurso da linha editorial do veículo, oferecemos aqui o conceito de Fake News por Efeito Longo (FNEL), observando a representação da realidade social em um período mais alongado de tempo.

O núcleo da presente proposta remete à discussão do papel que o Jornalismo exerce ou deveria exercer como agente de relações sociais orientadas pelo espírito democrático, no atual quadro de organização da sociedade brasileira. A conceituação de Luis Beltrão oferece um parâmetro adequado ao dizer que “Jornalismo é a informação de fatos correntes, devidamente interpretados e transmitidos periodicamente à sociedade, com o objetivo de difundir conhecimentos e orientar a opinião pública, no sentido de promover o bem comum! (2008, p. 67). Parte-se do entendimento de que os fundamentos

¹ Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e professor do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) - Campus Universitário do Araguaia. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4801621884390446>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3963-2139>. E-mail: jorgearlan.op@gmail.com



tradicionais do campo jornalístico, em sua concepção teórica e em sua dimensão prática/profissional, estabelecem conexões intrínsecas com os princípios que concebem o estado democrático de direito.

MOVIMENTO EDITORIAL COMPLEXO

A atribuição do Jornalismo seria oferecer aos cidadãos um serviço de esclarecimento sobre o que se passa nos meandros de determinada realidade social, ao viabilizar a circulação de informações relevantes a respeito dos diferentes segmentos, nas esferas individuais, dos grupos e dos poderes constituídos. A narrativa plural, contribuindo para o conhecimento e o debate público das respectivas ideias, representaria uma contribuição decisiva para o sentido/propósito da sociabilidade.

O cumprimento deste papel significa dizer que o Jornalismo, corporificado nas notícias, reportagens e colunas/editoriais, presente nos variados meios de comunicação, assume uma parcela do poder. Esta posição se reveste de legitimidade, quando corresponde à expectativa que a sociedade deposita nele, ao reconhecer que o seu poder decorre de uma espécie de missão que a sociedade lhe conferiu e não de uma força auto instituída. A ação jornalística, impulsionada pela sua própria natureza, não é desinteressada do mundo.

Na visão de (GUIRADO, 2014, p. 76), “a ideia de conhecer e de traduzir a realidade é uma ideia quase sempre acompanhada da intenção de mudar essa realidade”. Ela compreende que a intencionalidade jornalística parece sempre repetir este raciocínio. As falhas e até distorções do Jornalismo têm por origem a transgressão dos limites do



poder que a sociedade lhe atribuiu. Trata-se do exercício da incumbência de informar para além de suas finalidades precípua. Também caracteriza a luta pelo poder e pela narrativa sobre a verdade. “Na formação dos apoios e no arregimentar das opiniões, a comunicação é estratégica. Os comunicadores organizam as verdades dos poderes e dos contrapoderes” (SILVEIRA, In: Martins, 2020, p.44).

É desejável compreender como tem se instalado este estado de tensão no campo disciplinar do jornalismo, resultante da cobertura jornalística realizada pelos meios de comunicação, das mudanças do comportamento social pelas novas tecnologias da informação e da falta de legitimidade das representações nas sociedades, com fragilização dos valores democráticos em tempos de *fake news* e *law fare*. O importante, contudo, no entendimento de Macedo Jr. (In: Barbosa, 2029, p.71) é “destacar que o conceito de fake news, se refere a veiculação de mensagem capaz de gerar algum tipo de fraude dentro do sistema de comunicação na qual ela opera”. O autor compreende que nos dias de hoje, o sistema das redes sociais, com suas regras, impactos, potencialidades e atores, é um ponto central na própria definição de fake news.

Em termos metodológicos, nosso percurso segue as balizas da Análise de Conteúdo. Adotamos os conceitos e critérios aplicados por Laurence Bardin (2011). O conceito de Análise de Conteúdo explicitada pela pesquisadora se mostra adequado para tratarmos do objeto de estudo proposto. O modelo teórico da AC, conforme Bardin, faz referência aos passos de análises quantitativas e qualitativas e também à classificação e observação de materiais *a posteriori*. Enfatizando o aspecto histórico desta metodologia de pesquisa, a autora observa que a “Escola de Jornalismo de Columbia dá o pontapé inicial e multiplicam-se assim os estudos quantitativos dos jornais” (Bardin, 2011, p. 21).



As entrevistas do Jornal Nacional na última semana do primeiro turno das eleições de 2018² foram caracterizadas por uma postura imposta dos entrevistadores sobre os entrevistados, semelhante a um interrogatório policial ou a uma inquisição judicial. A estratégia das perguntas foi manter o candidato ou a candidata sob tensão, na intenção de estabelecer um controle excessivo do cenário. Feriram regras básicas do jornalismo, entre as quais a de que o centro da entrevista é o entrevistado e as informações que ele presta ao público em reação aos questionamentos. Nas cinco sabatinas, porém, os entrevistadores ocuparam quase 50% do tempo e interromperam com frequência as respostas, prejudicando a linha de raciocínio dos entrevistados.

Para quase todos os candidatos, a pauta desenvolvida por Willian Bonner e Renata Vasconcellos, privilegiou o tema corrupção a partir da concepção nítida de que a operação Lavo Jato significava a mais legítima expressão da moralidade pública. O eixo editorial se completava com a concepção de economia, na qual o equilíbrio fiscal se apresenta como missão fundamental do estado. A postura revelou um posicionamento de poder através do qual a Rede Globo pretendia definir os rumos do debate e dos próprios resultados eleitorais.

As entrevistas do Jornal Nacional no primeiro turno de 2018 relativizaram regras básicas do jornalismo, desconsiderando que deveriam cumprir prioritariamente o serviço de levar à sociedade informações de elevado interesse público. O JN poderia ter adotado

² Entrevista com Fernando Haddad, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=ecwzxKjMdZ0>. Entrevista com Jair Bolsonaro disponível em <https://globoplay.globo.com/v/6980200/>. Entrevista com Geraldo Alckmin, disponível em <https://globoplay.globo.com/v/6983110/>. Entrevista com Ciro Gomes, disponível em <https://globoplay.globo.com/v/6977229/>. Entrevista com Marina Silva, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=DWxRoSK01d8>.



o modelo dialogal, a chamada entrevista por excelência, que conforme define Nilson Lage (2011, p.77), “entrevistador e entrevistado constroem o tom de sua conversa, que evolui a partir de questões propostas pelo primeiro, mas não se limitam a esses tópicos: permite-se o aprofundamento e detalhamento dos pontos abordados”.

Para as eleições de 2022, a Rede Globo mudou de tom nas entrevistas do JN com os presidentiáveis, ampliando o tempo total da sabatina para 40min e assumindo estratégias mais ponderadas. A primeira pergunta feita a Luis Inácio Lula da Silva (PT)³, no primeiro turno, dia 25 de agosto, fazendo menção à situação jurídica do candidato, chegou a surpreender os telespectadores, na formulação do apresentador Willian Bonner: “(...) O Supremo Tribunal Federal lhe deu razão. Considerou o então juiz, Sérgio Moro, parcial. Anulou a condenação do caso do triplex e anulou também outras ações por ter considerado a Vara de Curitiba incompetente. Portanto o sr. não deve nada à Justiça (...)”.

Neste mesmo sentido de mudança de tom jornalístico podemos relacionar a série produzida pelo JN sobre os 35 anos do processo constituinte, ocorrido em 1987, e que resultou na promulgação da Constituição Federativa do Brasil de 1988. Ainda a cobertura crítica e denunciadora da presença criminosa dos garimpeiros na Amazônia, com o assassinato do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Philips; a cobertura jornalística no propósito de esclarecer e orientar a população quanto à importância da vacinação contra o vírus causador da covid-19, a favor da ciência e no combate frontal ao negacionismo.

³ Disponível em <https://g1.globo.com/jornal-nacional/ao-vivo/jornal-nacional-entrevista-lula-candidato-do-pt-a-presidencia-da-republica.ghtml>



Mais recentemente, já em 2023, constituíram igualmente um serviço público de qualidade as reportagens que revelaram ao mundo as atrocidades sofridas pelos Yanomami; a cobertura intensa e crítica das ações dos bolsonaristas no ataque aos espaços físicos do Palácio do Planalto, do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal, em 08 de janeiro de 2023, classificando-as explicitamente de golpe. Neste contexto complexo, vemos, porém, que a Rede Globo, através da linha editorial da sua programação jornalística, tendo por ponto alto o JN, se equilibra habilmente para se mostrar contra a barbárie e manter sua condição política e ideológica profundamente conservadora. Ao contrário da posição definida contra os ataques à democracia de 08 de janeiro, por exemplo, não adota o termo “golpe” para a derrubada da ex-presidente, Dilma Rousseff, cujo *impeachment* foi construído sem comprovação de crime de responsabilidade.

Não fez até o momento a autocrítica pela cobertura engajada a favor da Lava Jato, quando tomou para si a bandeira da luta contra a corrupção, sem informar ao público o quanto a referida operação policial e judicial se revelou uma verdadeira fraude dos processos legais e de profundos danos à economia brasileira. Não podemos esquecer que a cobertura que a grande imprensa fez da Lava Jato, sob a liderança da Rede Globo, criou o ambiente antipolítica e anti-estado, responsável pela ascensão de Jair Bolsonaro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não foi por acaso que a primeira pergunta de Willian Bonner, na entrevista de Lula, em agosto de 2022, após um comentário que reconhece a inocência do candidato perante à Justiça, encerra retomando acusações de corrupção na Petrobrás. Para muitos analistas políticos e econômicos, a disputa pelos destinos da maior empresa brasileira, de



porte transnacional, constitui a principal razão do golpe de estado de 2016, a prisão de Lula e a vitória eleitoral de Bolsonaro. A sinalização é de que prepondera acima de tudo os valores dogmáticos e pretensamente superiores do mercado.

Compreendemos que a perspectiva comunicacional de Manuel Castells lança luzes nas discussões basilares de nosso estudo:

O reino da comunicação é a esfera social onde os valores e interesses de atores conflitantes estão comprometidos em disputa e debate para reproduzir a ordem social, para subvertê-la, ou para acomodar novas formas resultantes de interação entre o velho e o novo, o passado de dominação cristalizado e o futuro de projetos alternativos para a existência humana providos por aqueles que aspiram a mudar o mundo e estão prontos a lutar por isso. (CASTELLS, 2015, p. 32).

Diante do quadro discutido pela nossa pesquisa, propomo-nos a contribuir com a elaboração do conceito de *Fake News por Efeito Longo (FNEL)* como contraposição ao conceito simples de *fake news*, este bastante divulgado atualmente para identificar informações falsas que buscam distorcer a realidade. Acontece que as fake news normalmente são apontadas e comentadas no calor dos acontecimentos e depois se apagam se apagam da memória. Já a *Fake News por Efeito Longo* são constituídas através de décadas, num somatório de informações incompletadas e/ou tendenciosas pelo qual vai se estruturando um modo de pensar numa sociedade, tornando-se, inclusive, parte de sua cultura, e que elimina outras versões de caráter estruturante sobre a concepção de economia, de política e de poder.

Tanto uma como a outra, sendo a primeira no contexto do imediato e a segunda numa dimensão alongada de tempo, constroem uma imagem deformada da realidade social, isto é, a rigor, uma imagem falsa, parecendo habilidosamente dizer uma verdade estrutural através de suas coberturas pontuais. A posição da Rede Globo, portanto,



expressa pela linha editorial de seus programas jornalísticos, principalmente o Jornal Nacional, caracteriza uma determinada posição na luta de classes sociais.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BELTRÃO, Luiz. **Iniciação à filosofia do jornalismo**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

CARRATO, Ângela; SANTANA, Eliara; GUIMARÃES, Juarez. **Jornal Nacional - Um projeto de poder: A narrativa que legitimou a desconstrução da democracia brasileira** (pp. 5-6). Edição do Kindle, 2020.

CASTELLS, Manuel. **O poder da comunicação**. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

GUIRADO, Maria Cecília. **Reportagem: a arte da investigação**. São Paulo: Arte e Ciência, 2004.

LAGE, Nilson. **Controle da Opinião Pública**. Petrópolis: Vozes, 1998.

MARTINS, Helena. **Desinformação: crise política e saídas democráticas para as fake news**. São Paulo: Veneta, 2020.

MACEDO Jr., Ronaldo Porto. **Liberdade de expressão ou dever de falar a verdade?**. In: Pós-verdade e fake news. Editora Cobogó. Edição do Kindle, 2019.

PINHEIRO, Joel. **Fake news e o futuro da nossa civilização**. In: Pós-verdade e fake news (p. 71). Editora Cobogó. Edição do Kindle, 2019.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. A desinformação é uma indústria. In: MARTINS, Helena (org.). **Desinformação: crise política e saídas democráticas para as fake news**. São Paulo: Veneta. Edição do Kindle, 2020.